

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DHIONES DE SOUZA SILVA**

**COMPARATIVO ENTRE O SIMPLES NACIONAL E O LUCRO PRESUMIDO:  
TRIBUTAÇÃO DE UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
ADVOCATÍCIOS**

**Trabalho de conclusão de curso  
Artigo científico**

**Cacoal – RO  
2016**

**DHIONES DE SOUZA SILVA**

**COMPARATIVO ENTRE O SIMPLES NACIONAL E O LUCRO PRESUMIDO:  
TRIBUTAÇÃO DE UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
ADVOCATÍCIOS**

Artigo de Conclusão de Curso, resultante de pesquisa científica, apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Câmpus Prof. Francisco Gonçalves Quiles, Departamento do Curso de Ciências Contábeis, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Ms. Ellen Cristina de Matos.

Silva, Dhiones de Souza  
S586g      Comparativo entre o Simples Nacional e o lucro presumido: tributação de uma empresa de prestação de serviços advocatícios/ Dhiones de Souza Silva – Cacoal/RO: UNIR, 2015.  
31 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientadora: Profa. Ma. Ellen Cristina de Matos.

1. Contabilidade tributária. 2. Serviços advocatícios. 3. Lucro presumido. 4. Simples Nacional. I. Matos, Ellen Cristina de. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 657:336

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O artigo intitulado “Comparativo entre o Simples Nacional e o Lucro Presumido: Tributação de uma empresa de prestação de serviços Advocatícios”, elaborado pelo acadêmico Dhiones de Souza Silva, foi avaliado pela banca examinadora em 11 de fevereiro de 2016, tendo sido aprovado.

Teve como orientadora a Professora Mestre Ellen Cristina de Matos

---

Profª. Ms. Ellen Cristina de Matos  
Presidente da Banca

---

Profª. Drª Maria Bernadete Junkes  
Membro

---

Profª. Ms. Liliane Maria Nery Andrade  
Membro

## COMPARATIVO ENTRE O SIMPLES NACIONAL E O LUCRO PRESUMIDO: TRIBUTAÇÃO DE UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Dhiones de Souza Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** O planejamento tributário constitui ferramenta legal que propicia aos contribuintes programar os atos e fatos administrativos, auxiliando na tomada de decisões dos gestores com o objetivo de reduzir, de forma lícita, a carga tributária da empresa e informar dentre os quatro regimes tributários (Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional), a opção mais vantajosa para a empresa, ou seja, a menos onerosa. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo geral identificar a forma de tributação mais vantajosa para uma pequena empresa de prestação de serviços advocatícios localizada no município de Cacoal, Estado de Rondônia. Como metodologia foi utilizada uma abordagem quantitativa e qualitativa, a qual foi dividida em pesquisa bibliográfica, estudo de caso e aplicada. No estudo de caso foram analisadas as demonstrações contábeis cedidas pela empresa as quais contêm informações necessárias aos cálculos utilizados nas simulações. Em comparativo entre o Simples Nacional e o Lucro Presumido observou-se que a Empresa Advocatícia teve uma economia de R\$ 25.166,99, ou seja, 128,98% (cento e vinte e oito vírgula noventa e oito por cento) de economia tributária optando pelo Simples Nacional. Os resultados demonstraram que a opção pelo regime do Simples Nacional é a mais vantajosa para a empresa em qualquer situação, uma vez que apurou ser menos oneroso que o Lucro Presumido, consequentemente proporcionando maior rentabilidade.

**Palavras-Chave:** Prestação de Serviços Advocatícios; Lucro Presumido; Simples Nacional; Sociedade Uniprofissional (SUP).

### 1 INTRODUÇÃO

Com a publicação da Lei Complementar (LC) nº 147/2014, foi autorizado às empresas prestadoras de serviços de natureza técnica, intelectual ou científica optarem, a partir de 2015, pelo regime de tributação Simples Nacional. Com essa alteração legal, ampliou-se o alcance da Lei Complementar (LC) nº 123/2006, a sociedade de advogados passou a ser equiparada, para fins de tributação, à microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que cumpra os requisitos dispostos em lei (SEBRAE, 2014).

Conforme a Ordem dos Advogados do Brasil (2014), com a publicação da LC nº 147/2014, a previsão é de que os advogados autônomos formalizem as sociedades empresárias, com a expectativa de que o número de escritórios formalizados incorra num aumento de seis vezes em comparação ao quantitativo existente para os próximos cinco anos, passando dos atuais vinte mil (20.000) para cento e vinte mil (120.000) escritórios advocatícios.

---

<sup>1</sup>Acadêmico concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia-Câmpus Prof. Francisco Gonçalves Quiles, com Trabalho de Conclusão de Curso elaborado sob a orientação da professora Ma. Ellen Cristina de Matos.

A inclusão da advocacia no Simples Nacional visa impulsionar o desenvolvimento das pequenas sociedades, oferecendo uma carga tributária reduzida, além da desburocratização decorrente da simplificação das obrigações acessórias (OAB-MS, 2015).

Há no Brasil quatro formas de tributação: Lucro Real, Lucro Presumido, Simples Nacional e Lucro Arbitrado. Para verificar por qual regime deve-se optar, torna-se necessário utilizar-se de uma ferramenta denominada de planejamento tributário, considerando os benefícios advindos com o Simples Nacional; evitando-se que empresas façam adesão a qualquer regime tributário sem realizar uma prévia e adequada análise para verificar se a opção será rentável, menos onerosa ou trará outros benefícios à empresa, evitando-se transtornos futuros para a gestão e o desenvolvimento das atividades da empresa e de seus investimentos futuros (OLIVEIRA, 2004).

Portanto, diante do contexto apresentado, o estudo teve como questionamento de pesquisa: qual a melhor forma de tributação para uma pequena empresa de prestação de serviços advocatícios em Cacoal: Simples Nacional ou Lucro Presumido? Teve como objetivo geral identificar a forma de tributação mais vantajosa para uma pequena empresa de Prestação de Serviços Advocatícios localizada no Município de Cacoal-RO.

Tornou-se possível alcançar o objetivo geral da pesquisa por meio da execução dos métodos de pesquisa em cada um dos seguintes objetivos específicos de: simular parâmetros de enquadramento de empresa prestadora de Serviços Advocatícios; apurar e comparar os resultados pelos regimes de tributação Simples Nacional e do Lucro Presumido; e consequentemente identificar a situação que proporcionou melhor retorno ao investimento.

A realização do estudo apresentado justificou-se pela relevância do tema, pois a partir do ano de 2015 as empresas de Prestação de Serviços Advocatícios, com o advento da LC nº 147/2014, art.17, o inciso XI da LC nº 123/2006 foi revogado, permitindo que os escritórios prestadores de serviços advocatícios tivessem o direito de optar pelo regime de tributação Simples Nacional, ficando, portanto, três formas de tributação para essa atividade: Lucro Real, Lucro Presumido e o Simples Nacional.

Considerando que o regime de tributação Lucro Presumido foi o mais utilizado pelas empresas prestadoras de serviços advocatícios até a aplicação das disposições da lei do Simples Nacional para Prestadores de Serviços Advocatícios (PSA), observou-se, portanto, uma necessidade dos profissionais da contabilidade e usuários de informações por um planejamento tributário, que norteasse e orientasse claramente quanto a melhor opção para uma prestadora de serviços advocatícios, proporcionando-lhe um menor custo tributário.

Considerando os procedimentos metodológicos, o estudo utilizou como forma de abordagem pesquisa quantitativa e qualitativa, utilizou o procedimento de coleta por meio da abordagem documental. Foram coletados dados contidos nas Demonstrações Contábeis de uma empresa prestadora de serviços advocatícios, onde se encontram informações sobre faturamento, despesas administrativas e despesas com salários. A pesquisa delimitou-se no método da análise descritiva, cujo objetivo foi realizar uma comparação entre os regimes de tributação Simples Nacional e Lucro Presumido.

O presente estudo estruturou-se com as seguintes seções: inicialmente abordou-se acerca da Introdução, na segunda seção apresentou-se a fundamentação teórica da pesquisa, na terceira seção tem-se a análise dos dados do estudo de caso e na sequência, as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A fundamentação teórica abordou sobre: O sistema tributário nacional; planejamento tributário; lucro presumido; percentuais e alíquotas do lucro presumido; simples nacional; tipos de atividades e suas alíquotas no simples nacional; outras atividades autorizadas pela Lei Complementar n° 147/2014; prestação de serviços; empresas prestadoras de serviços advocatícios no Simples Nacional e descrição da empresa em análise.

### **2.1 O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

O Sistema Tributário Nacional (STN) foi estruturado primeiramente em 1965, regido pela Emenda Constitucional n° 18 de 01 de dezembro de 1965. Em 25 de outubro de 1966, através da lei 5.172, surgiu o Código Tributário Nacional (CTN), que foi o primeiro documento que buscava estruturar o sistema tributário brasileiro de acordo com as políticas econômicas e que serviu de base para fins de imposição tributária (ANDRADE, 2007a).

Conforme o art. 2° do Código Tributário Nacional:

O Sistema Tributário Nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional n.º 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal, e nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições, em leis estaduais e em leis municipais.

Segundo Ribeiro (2006), o sistema tributário é entendido como o complexo orgânico formado pelos tributos instituídos em um país ou região autônoma e os princípios e normas que o regem. Logo, o Sistema Tributário Brasileiro é composto dos tributos instituídos no Brasil, dos princípios e normas que regulam tais tributos.

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) concedeu autonomia à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituírem tributos e conforme Fernandes e Silva (2005, p.35), a “competência tributária é a aptidão inerente à União, Estados, Distrito Federal e Municípios para criar, modificar e extinguir tributos, mediante a expedição da lei”.

De acordo com o art. 145 (CF/1988) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer três espécies de tributos: impostos, taxas e contribuições.

Considerando as três distintas espécies de tributos existentes, para Fabretti (2006, p. 42): “imposto é o tributo cuja obrigação principal tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

Enquanto as taxas estão definidas nos arts. 77 e 78 do CTN e tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público, específico e divisível, prestado ou colocado à disposição do contribuinte. Assim, para Fernandes e Silva (2005, p. 10), a “taxa pode ser definida como uma prestação pecuniária exigida pelo Estado, em virtude de lei, pela realização de uma atividade que afeta diretamente o obrigado”.

Já as contribuições de melhorias somente podem ser cobradas se, em virtude de obra pública, decorrer valorização imobiliária para o contribuinte. A contribuição de melhoria é o tributo que a obrigação tem por fato gerador a valorização de imóveis do contribuinte, decorrente de obras públicas pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios (VELOSO, 2008).

Ressalta-se que no art. 149 do CTN, a União está autorizada a instituir contribuições federais sociais e de intervenção no domínio econômico, bem como de interesse das categorias econômicas ou profissionais. Estas últimas são arrecadadas pelos órgãos de habilitação, registro e fiscalização das profissões regulamentadas como, por exemplo, a OAB, CRC, CRM, dentre outras (FABRETTI, 2006).

Neste estudo tratou-se especificamente dos impostos e contribuições incidentes sobre as receitas de empresa prestadora de serviços advocatícios, ou seja, (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISSQN E INSS), com simulações de cálculo de incidências tributárias tanto no regime de tributação Lucro Presumido e como pelo Simples Nacional.



## 2.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário constitui uma análise das possibilidades de opções de regime tributário, perante a lei, de determinada operação, para que o contribuinte escolha aquela que propicie vantagens a empresa, ou seja, a que apresente menores custos tributários.

Costuma-se denominar de Planejamento Tributário a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. O objeto do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal. (LATORRACA, 2000, p. 37).

Para Borges (2011), planejamento tributário conceitua-se como uma técnica gerencial que visa projetar as operações industriais, os negócios mercantis e as prestações de serviços, visando conhecer as obrigações e os encargos legais; e mediante de recursos legítimos perante a lei, buscar a anulação, redução ou adiamento do ônus fiscal.

Segundo Fabretti (2003), o estudo feito antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário. Logo, o planejamento tributário é um recurso disponível para empresas que procuram reduzir sua carga tributária de forma lícita.

O processo de elaboração de um planejamento tributário, conforme Borges (2011) compreende as seguintes fases:

- I. A pesquisa do fato objeto do planejamento tributário;
- II. A articulação das questões fiscais oriundas do fato pesquisado;
- III. Estudo dos aspectos jurídico-fiscais relacionados com as questões decorrentes do fato pesquisado;
- IV. Conclusão e formalização do planejamento elaborado num expediente técnico funcional.

Com a realização do planejamento tributário, a empresa poderá optar pelo regime de tributação que lhe trará menor carga tributária; torna-se importante ressaltar que o planejamento tributário de qualquer empresa deve ser feito minuciosamente, pois de acordo com Fabretti (2003, p. 32): “o perigo do mau planejamento é redundar em evasão fiscal, que é a redução da carga tributária descumprindo determinações legais que é classificada como crime de sonegação fiscal (Lei nº 8.137/90)”.

A evasão fiscal constitui prática ilegal de redução de tributos, perfazendo crime previsto em lei, de acordo com a Lei nº 8.137/1990:

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas; I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias; II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal; III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável; IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato; V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Para Sabbag (2011), a evasão fiscal trata-se de prática, concomitante ou posterior à incidência da norma tributária, na qual se utilizam de formas ilícitas para se furtar ao pagamento de tributos, ou pagando-se menos que o devido, podendo assim ser definida como fraude, que ocorre antes do fato gerador, ou por sonegação, que ocorre após o fato gerador.

Enquanto a denominada elisão fiscal é compreendida como a economia tributária resultante de benefícios oferecidos pela própria lei, ou por fatos não contemplados na legislação que são lacunas e brechas que se encontram na própria lei (FABRETTI, 2003).

Sabbag (2011) afirma que a redução dos tributos das empresas pode ser feita de forma legal (elisão) ou de forma ilegal (evasão). A elisão fiscal corresponde à prática de atos lícitos, anteriores à incidência tributária, de modo a se obter legítima economia de tributos, impedindo a ocorrência do fato gerador, ou por exclusão do contribuinte do âmbito de abrangência da norma, ou simplesmente, pela redução do montante tributário a pagar.

Fabretti (2003, p. 32) afirma que devido às lacunas legais, o fisco vem realizando sucessivas alterações nas leis para coibir a prática da elisão fiscal. Em relação a essa busca de alterações Chaves (2008) afirma:

Ao longo do tempo, o legislador vem procurando eliminar todas as possibilidades que surgem de reduzir de forma legal a carga tributária, ou seja, sempre existem algumas alternativas que são menos onerosas do que outras. Assim o contribuinte procura aquela que mais lhe interessar (CHAVES, 2008, p. 5).

Portanto, o planejamento tributário reduz os tributos do contribuinte e quando realizado antecipadamente poderá nortear os gestores da empresa quanto à escolha do regime tributário (Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Lucro Real) que proporcione menor ônus tributário.

## 2.3 REGIMES TRIBUTÁRIOS: LUCRO PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL

São quatro regimes tributários vigentes no Brasil, sendo eles: Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Lucro Real. Esta seção apresenta abordagem sobre os regimes Simples Nacional e Lucro Presumido considerando os objetivos da pesquisa.

### 2.3.1 Lucro presumido

O Lucro Presumido é uma forma de tributação, onde presume-se o lucro obtido pela empresa para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). O lucro presumido é calculado sobre o faturamento trimestral, desconsiderando as despesas e custos.

Pêgas (2008) define Lucro Presumido como forma de tributação que utiliza apenas receitas da empresa para apuração do resultado tributável, calculando-se IRPJ e CSLL, os quais são calculados por um resultado estimado, encontrado através de percentuais definidos em lei.

Para Andrade Filho (2011, p. 576) “A tributação com base no lucro presumido é sempre uma opção, o contribuinte, nos casos em que a lei faculta o seu acesso a esse regime, pode ingressar a qualquer momento e pode sair se desejar ou se for obrigado”.

De acordo com Rodrigues *et al.* (2015, p. 319), parafraseando as disposições da Lei nº 12.814/2013:

Desde o ano calendário de 2014, podem optar pela tributação com base no lucro presumido as pessoas jurídicas não obrigadas à apuração do lucro real, cuja receita bruta total no ano-calendário imediatamente anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 ou a R\$ 6.500.000,00 multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 meses.

Logo, a empresa tem dois fatores a serem considerados quanto à opção pelo Lucro Presumido:

- I. Seu faturamento que deve ser igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00, ou seja, se a empresa ultrapassar esse limite obrigatoriamente terá que optar pelo Lucro Real;
- II. Pesquisar se a empresa não está obrigada a tributação pelo Lucro Real como define o art. nº 14 da Lei nº 9.718/1998.

A manifestação da opção do Lucro Presumido será mediante o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido, o qual corresponde ao primeiro período de apuração de cada ano calendário.

Segundo Pêgas (2008, p. 408):

A opção pelo lucro presumido deve ser exercida com todo cuidado, sendo manifestada através do primeiro recolhimento do Imposto. Uma vez recolhido o IR com o código do lucro presumido, não há possibilidade de mudança de opção, ficando o contribuinte obrigado a recolher o IR e CSL no restante do ano nessa forma de tributação.

A partir do primeiro recolhimento de imposto, seja de forma integral ou parcelado em até três quotas mensais iguais e sucessivas, a empresa manifesta o seu desejo de opção pelo regime de Lucro Presumido, o que torna essa opção definitiva para todo o ano calendário. A legislação determina que após o pagamento do primeiro imposto, a opção pelo Lucro Presumido se tornará irretratável para todo ano calendário, e que nem por meio de REDARF (Retificação de Documento de Arrecadação de Receitas Federais) poderá alterar a forma de tributação.

Para Pêgas (2008), não é permitido fazer retificação do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) para o caso de alterar a forma de tributação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ). Se a pessoa jurídica pagar seus tributos com o código de recolhimento de receita incorreto, automaticamente manifestará a escolha pela tributação no regime ao qual o código pertence. Portanto, nesse caso, a Secretaria da Receita Federal (SRF) não aceitará REDARF para modificar o código de lucro presumido para lucro real ou vice-versa.

#### 2.3.1.1 Percentuais e alíquotas Lucro Presumido

O cálculo dos impostos das empresas optantes pelo Lucro Presumido baseia-se na aplicação da porcentagem da presunção do lucro, a partir dessa presunção encontrará a base de cálculo, sobre a qual aplicará as alíquotas de 15% (quinze por cento) para apuração do IRPJ e 9% (nove por cento) para apuração da CSLL.

De acordo com Pêgas (2008, p. 410): “A base de cálculo do imposto de renda será obtida através da aplicação de um percentual específico sobre cada receita obtida pela empresa”.

O percentual de presunção será aplicado de acordo com a atividade exercida pelo contribuinte e a base de cálculo do IRPJ devido trimestralmente será determinada mediante os percentuais previstos no art. 15 da Lei nº 9.249/1995 com as alterações do art. 29 da Lei nº 11.727/2008, e art. 122 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.515/2014, conforme apresentado na figura 1.

<b>PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO DE ACORDO COM A ATIVIDADE EXERCIDA PELO CONTRIBUINTE E A BASE DE CÁLCULO DO IRPJ DEVIDO TRIMESTRALMENTE</b>		
<b>ATIVIDADES</b>	<b>%</b>	<b>% Reduzido para empresa com Receita Bruta Anual até R\$ 120.000,00</b>
Vendas de mercadorias e produtos.	8%	Não se aplica
Prestação de Serviços de transporte de cargas.	8%	Não se aplica
Prestação de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).	8%	Não se aplica
Atividade de construção por empreitada com emprego de todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra.	8%	Não se aplica
Atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda.	8%	Não se aplica
Prestação dos demais serviços de transporte.	16%	Não se aplica
Receita bruta auferida na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural.	1,6%	Não se aplica
Prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada.	32%	Atividade não beneficiada com a redução do percentual
Intermediação de negócios.	32%	16%
Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.	32%	16% <sup>1</sup>
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais.	32%	16%
Construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais.	32%	Não se aplica
Prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionada neste quadro	32%	16%

**Figura 1:** Percentuais IRPJ Lucro Presumido

**Fonte:** Informanet(2015).

Algumas atividades exclusivamente prestadoras de serviços cuja receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00, podem utilizar para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda trimestral, o percentual de 16%.

De acordo com o Decreto nº 3000/1999, o art. 519 determina que a base de cálculo trimestral das pessoas jurídicas prestadoras de serviços que obtenham receita bruta anual de até R\$ 120.000,00, o percentual aplicado será de 16% sobre a receita bruta alcançada no período de apuração, sendo que esse benefício não se aplica às pessoas jurídicas que prestam serviços hospitalares e de transporte, bem como às sociedades prestadoras de serviços de profissões legalmente regulamentadas.

Conforme o Decreto nº 3.000/1999, art. 519, § 6º determina que a pessoa jurídica que houver utilizado o percentual reduzido cuja receita bruta acumulada até determinado mês do

ano-calendário exceder o limite de R\$120.000,00 ficará sujeita ao pagamento da diferença do imposto, apurada em relação a cada mês transcorrido, até o último dia útil do mês subsequente aquele em que ocorrer o excesso, sem acréscimos.

Após o término do trimestre a pessoa jurídica observará se a parcela do Lucro Presumido não excedeu o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), caso isso ocorra o contribuinte calculará um adicional de 10% de IRPJ sobre a parcela que exceder o referido valor. O valor do adicional deverá ser recolhido integralmente, não sendo admitidas quaisquer deduções e na hipótese de período de apuração inferior a três meses (início de atividade, por exemplo), deverá ser considerado para fins do adicional o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) multiplicados pelo número de meses do período.

O cálculo da CSLL segue as mesmas disposições do cálculo do IRPJ, ou seja, faz-se a presunção de acordo com a atividade exercida pelo contribuinte para determinação da base de cálculo que será aplicado a alíquota de 9% para determinar o valor a pagar no trimestre.

A base de cálculo da CSLL devido trimestralmente será determinada mediante os percentuais previstos na Lei nº 9.249/1995, art. 20, com a redação dada pela Lei nº 10.684/2003, art. 22, conforme apresentado na figura 2.

PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO DE ACORDO COM A ATIVIDADE EXERCIDA PELO CONTRIBUINTE E A BASE DE CÁLCULO DA CSLL DEVIDA TRIMESTRALMENTE	
ATIVIDADES	%
Comerciais, industriais, serviços hospitalares e de transporte,	12%
Prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e transporte, intermediação de negócios, administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza e prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços – <i>factoring</i> .	32%

**Figura 2:** Percentuais CSLL Lucro Presumido

**Fonte:** Adaptado, Brasil. Lei nº 9249/95, art.20 e lei nº 10.684/2003, art.22.

Há ainda a incidência cumulativa de PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre a receita bruta das pessoas jurídicas, com as alíquotas de 0,65% e de 3%, respectivamente.

### 2.3.2 Simples nacional

Devido à dificuldade das microempresas e empresas de pequeno porte se tornarem competitivas, se comparadas as empresas de grande porte, o Governo Federal editou a LC nº123/2006, alegando que essa lei proporcionaria as micro e pequenas empresas benefícios como a simplificação no processo de regularização, redução da carga tributária e desburocratização dos processos de recolhimento de impostos, abertura e regularização dessas sociedades.

Instituído pela LC nº 123/2006, o Simples Nacional estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido dispensado as microempresas e empresas de pequeno porte, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Por se tratar de um regime unificado, o Simples Nacional exige uma legislação que estabeleça critérios específicos para cada tributo. Segundo Oliveira G. (2010), o regime do Simples Nacional é controlado por um comitê para tratar dos aspectos tributários, um Fórum permanente para tratar sobre os aspectos das micro e pequenas empresas e um comitê para simplificação e legalização de empresas a adentrarem no Simples Nacional.

Para aderir ao Simples Nacional às empresas devem estar enquadradas como microempresas ou empresa de pequeno porte devidamente registradas nos órgãos competentes, sendo que cada enquadramento estabelece um valor máximo de receita auferida em todo ano calendário.

Conforme as disposições da LC nº 123/2006, as microempresas que tiverem auferido, no ano calendário receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e as empresas de pequeno porte que auferirem receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 poderão optar pelo Simples, desde que não se enquadrem nas exceções previstas no art. 3º, §4º da LC nº 123/2006, faturamento bruto este que resumidamente é representado na figura 3:

PORTE	FATURAMENTO
Microempresa	Faturamento anual até R\$ 360 mil.
Empresa de Pequeno Porte	Faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões;

**Figura 3:** Faturamento Bruto de empresas que podem optar pelo Simples Nacional.

**Fonte:** Lei Complementar nº 123/2006 (Adaptação).

Após a verificação do enquadramento da empresa como microempresa ou empresa de pequeno porte, a empresa que ultrapassar a receita bruta acumulada de R\$ 3.600.000,00, automaticamente terá que optar pelo Regime de Lucro Presumido ou Lucro Real. É importante também observar os sublimites de faturamento adotados em cada Estado.

Conforme a Resolução nº 118/2014 do Comitê Gestor do Simples Nacional, que divulga os sublimites adotados pelos Estados para efeito de recolhimento de ICMS e ISS dos estabelecimentos localizados em seus territórios, os sublimites para 2015 ficou da seguinte forma conforme destacado na figura 4:

SUBLIMITE EM R\$	ESTADOS
R\$ 1.800.000,00	Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.
R\$ 2.520.000,00	Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí e Tocantins.

**Figura 4:** Sublimites de faturamento adotados nos Estados para recolhimento de ICMS e ISS no Simples Nacional.

**Fonte:** Lei Complementar nº 123/2006; Resolução CGSN nº 118 (Adaptação).

Além da verificação da receita bruta acumulada é importante a empresa consultar as atividades que são impeditivas ao ingresso no Simples Nacional; essas atividades são encontradas no art.17 da LC nº 123/2006 e pode também ser consultado o Anexo II da Resolução CGSN (Comitê Gestor do Simples Nacional) nº117/2014, na qual estão os códigos CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) vedados ao Simples Nacional com vigência a partir de 01/01/2015.

Os tributos inclusos no sistema de arrecadação do Simples Nacional são: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o PIS/PASEP, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Contribuição para a Seguridade Social a cargo da pessoa jurídica (CPP), essa última, com exceção das atividades previstas no anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006.

Por se tratar de um sistema simplificado de tributação, no Simples Nacional há a dispensa de algumas obrigações acessórias exigidas nos demais regimes de tributação como, por exemplo, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF). O pagamento de tributos é realizado mensalmente em um único documento denominado DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional).

De acordo com Pêgas (2008), o Simples Nacional consiste em fazer um único recolhimento mensal em um único documento de arrecadação, o qual abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, INSS (conforme o Anexo IV da LC nº 123/2006 o INSS patronal é recolhido na forma da legislação aplicável). Além do IPI, ICMS E ISS para as empresas contribuintes desses impostos.

A arrecadação é feita de forma unificada, através da incidência de única alíquota (resultado da soma dos percentuais de alíquotas individuais de cada tributo) sobre a receita bruta total mensal. Os percentuais das alíquotas para cada atividade estão definidos nos Anexos I, II, III, IV, V e VI da LC nº 123/2006, sendo estes percentuais atribuídos de forma gradativa, de acordo com limite das faixas de receita bruta estipuladas nos anexos.

Por exemplo, o valor devido mensalmente por uma empresa que presta serviços advocatícios será determinado mediante aplicação de uma das alíquotas previstas na Tabela de Alíquotas do Anexo IV da LC nº 123/2006, tendo como base para sua definição a receita bruta acumulada pela empresa nos 12 (doze) meses anteriores.



### 2.3.2.1 Tipos de atividades e suas alíquotas no Simples Nacional

As alíquotas do Simples Nacional são determinadas mediante a cada atividade que a empresa exerce, e para determinação da alíquota o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período da apuração. Nos casos de início de atividades a determinação da alíquota será considerada a proporcionalidade da receita bruta ao número de meses de atividade do período.

A LC n° 123/2006 determinou anexos para cada atividade, expondo a receita bruta acumulada nos últimos 12 (doze) meses e a alíquota aplicada para cada receita que a empresa se enquadrar, observando que: quanto maior a sua receita, maior será também a alíquota aplicada para o cálculo do valor a recolher.

Em relação aos Anexos de Serviços contidos na LC n° 123/2006, o sujeito passivo deve observar o tipo de serviço prestado pela empresa, pois cada anexo tem a sua alíquota de imposto para o cálculo dos tributos devidos no mês. Sendo assim, a empresa tem que se enquadrar no anexo que condiz com a atividade exercida pela mesma.

### 2.3.2.2 Outras atividades autorizadas pela lei complementar n° 147/2014

A LC n° 147/2014, a qual atualizou a LC n° 123/2006, acrescentando atividades aptas a aderir o regime, tais como as atividades relacionadas à prestação de serviço. Anteriormente impedidas de aderir ao Simples Nacional, às empresas prestadoras de serviços relacionadas ao exercício de atividade intelectual eram obrigadas a aderir ao Regime de Lucro Presumido ou Lucro Real, sendo possibilitado por meio da criação da Lei Complementar n° 147/2015 uma opção a mais: aderir ao regime do Simples Nacional.

O Anexo IV da LC n° 123/2006 teve a inclusão da atividade de Serviços Advocatícios (objeto do estudo), no Anexo V foram inclusas as atividades de administração e locação de imóveis de terceiros (exceto a receita obtida a título de corretagem de imóveis) e o novo Anexo VI que entrará em vigência a partir de 01/01/2015, no qual estão compreendidas, as seguintes atividades, dentre outras: medicina (inclusive laboratorial e enfermagem); medicina veterinária; odontologia; psicologia, psicanálise, terapia ocupacional; acupuntura; podologia; fonoaudiologia; clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite; serviços de comissária, de despachantes, de tradução e de interpretação; arquitetura, engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodesia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, *design*, desenho e agronomia; dentre outros.

Para aderir ao Simples Nacional, às empresas que exercem as novas atividades autorizadas pela LC nº 147/2014 devem solicitar a opção até o último dia útil de janeiro. Para o deferimento da solicitação não deverá constar pendências no âmbito Federal, Estadual ou Municipal em nome da empresa.

Entre as mudanças previstas na LC nº 147/2014, cabe ressaltar a criação do Cadastro Único Nacional, que é um sistema informatizado que visa diminuir a burocracia, e também a informatização dos cadastros e consequente celeridade no processo de abertura e fechamento de empresas; conforme disposto na LC nº 147/2015, o encerramento das atividades do empresário ou da pessoa jurídica e consequente baixa de registros cadastrais nos órgãos competentes não impedirá futuramente a cobrança de pendências.

Portanto, todas as empresas, inclusive as que não sejam microempresas e empresas de pequeno porte, poderão obter baixa de seus registros e inscrições imediatamente após o encerramento das suas operações, sem a necessidade de apresentar certidões negativas de débito. Caso sejam identificados débitos tributários posteriormente, os sócios ou acionistas serão responsabilizados e acionados para a quitação dos mesmos.

## 2.4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O objetivo das empresas prestadoras de serviços é a comercialização de seus serviços que são compreendidos como bens intangíveis. Segundo Diniz (1998, p. 311 *apud* MACHADO, 2004, p. 5): “serviço quer dizer o exercício de qualquer atividade intelectual ou material com finalidade lucrativa ou produtiva”.

Ainda sobre o conceito de serviço Barreto afirma que:

É lícito afirmar, pois, que serviço é uma espécie de trabalho. É o esforço humano que se volta para outra pessoa; é fazer desenvolvido para outrem. O serviço é, assim, um tipo de trabalho que alguém desempenha para terceiro. Não é esforço desenvolvido em favor do próprio prestador, mas de terceiros. (BARRETO *apud* MACHADO, 2004, p. 7)

Conforme Kotler (1994, p. 541): “Os serviços possuem algumas características básicas - intangibilidade, heterogeneidade, inseparabilidade e perecibilidade-”.

A intangibilidade se refere ao fato de que os serviços não podem ser vistos, tocados, provados, sentidos, ouvidos ou cheirados, ou seja, não se pode ter uma comprovação de existência antes de serem adquiridos. Enquanto a heterogeneidade se dá pelo fato de um serviço sofrer influência tanto de aspectos técnicos, quanto emocionais, logo que os serviços são executados por pessoas essa característica pode tornar os serviços altamente variáveis,

pois não se compara um serviço prestado por uma pessoa altamente qualificada (aspecto técnico) com um serviço de uma pessoa leiga no ramo.

A terceira característica é a inseparabilidade, isto é, não se pode separar os serviços de quem os executa ou fornece, tornando assim o prestador do serviço uma parte do próprio serviço; e a perecibilidade é a última característica, pois os serviços não podem ser estocados para venda ou uso posterior como ocorre com os produtos.

#### **2.4.1 Empresas prestadoras de serviços advocatícios no Simples Nacional.**

O ramo de Prestação de Serviços compõe uma parcela considerável do PIB nacional, garantindo emprego e renda para o país. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o setor de serviços encerrou 2014 com um crescimento de 6%.

Uma das atividades que vem ganhando espaço no mercado são as empresas de prestação de serviços advocatícios, considerando que a partir de janeiro de 2015 as empresas com essa atividade poderão aderir ao regime do Simples Nacional, possibilitando assim a formalização de vários profissionais que regularizaram sua atividade, abrindo seus escritórios.

Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil (2014) a previsão é de que o número de escritórios tenha um aumento de seis vezes nos próximos cinco anos, passando dos atuais vinte mil para cento e vinte mil escritórios advocatícios.

A atividade de serviços advocatícios foi à única inserida no Anexo IV do Simples Nacional, sendo que as demais atividades autorizadas a optar pelo simples foram inseridas nos demais anexos existentes ou inseridas no Anexo VI criado pela LC nº 147/2014. De acordo com o art. 18, § 5º-C da LC nº 123/06, as atividades inseridas no Anexo IV não recolhem a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) pelo regime do Simples Nacional, devendo ser recolhida na forma da legislação aplicável.

Conforme Rezende *et al.* (2010), as contribuições a cargo da empresa, destinada a Seguridade Social são: 20% sobre o salário de seus empregados; 1%, 2% ou 3% sobre o salário de seus empregados, de acordo com o grau de risco da atividade da empresa (RAT), e 5,8% destinados ao recolhimento de INSS para terceiros, distribuídos em 1,5% para SESI, SESC ou SEST; 1% para SENAI, SENAC ou SENAT; 0,2% para INCRA; 0,6% para SEBRAE e 2,5% para SALARIO EDUCAÇÃO.

No caso das empresas de serviços advocatícios, que estão enquadradas no Anexo IV do Simples Nacional, conforme consta no art. 274-J da IN MPS/SRP nº 3/2005 o recolhimento para o INSS será de 20% sobre a folha de salários, pró-labore e autônomos se

houver e 1% sobre salários de seus empregados, conforme o risco da atividade das empresas, (CRC-RS, 2015).

As empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões poderão pagar alíquota única de 4,5% a 16,85%, sendo que os impostos abrangidos nesses percentuais são: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços (ISS) (OAB-SP, 2014).

## 2.5 DESCRIÇÃO DA EMPRESA EM ANÁLISE

As atividades da empresa objeto desse estudo tiveram início no ano de 2008. Sua sede localiza-se no município de Cacoal-RO, exercendo como atividade principal a atividade de Prestação de Serviços Advocatícios e atividades auxiliares de justiça (atividade secundária). A empresa é formada por dois (2) sócios e um (1) empregado, o qual desempenha a função de secretária.

O objetivo social da empresa descrito no contrato social é de disciplinar a colaboração recíproca no trabalho profissional, bem como o expediente e resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de advocacia em geral. Aqueles serviços privativos da advocacia, conforme reservados no Estatuto dos Advogados, serão exercidos individualmente pelos sócios, ainda que os respectivos honorários revertam ao patrimônio social.

O faturamento da empresa gira em torno de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) anualmente, resultantes da prestação de serviços tanto a pessoas físicas quanto a jurídicas. A tributação dos impostos da mesma até o ano de 2014 era pelo Lucro Presumido e a partir de 2015 optou pelo regime do Simples Nacional.

## 3 METODOLOGIA

Nessa fase do estudo, o objetivo é evidenciar os métodos que serão empregados na pesquisa.

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MÉTODO DA PESQUISA

Foi realizada pesquisa descritiva, considerando o objetivo desse estudo de realizar uma comparação entre os regimes de tributação Simples Nacional e Lucro Presumido através da análise e coleta de dados.

Quanto aos procedimentos, à primeira etapa da pesquisa foi bibliográfica, com o levantamento de marco teórico para fundamentar o referencial, no qual se utilizou: livros, artigos, periódicos, legislação na íntegra e comentada acerca dos regimes de tributação e planejamento tributário, considerando que as pesquisas se deram em material impresso e eletrônico (disponível *online*) também.

Na etapa seguinte realizou-se estudo de caso, considerando as informações contidas nas Demonstrações Contábeis (principalmente na Demonstração do Resultado do Exercício) de empresa Prestadora de Serviços Advocatícios descrita na subseção 2.5, considerando a omissão do nome da empresa por em atendimento a solicitação dos seus sócios que permitiram a realização do estudo desde que não houvesse a divulgação do nome real da empresa, garantindo-se o sigilo, portanto, por questões éticas será denominada de Empresa Advocatícia.

Analisando os documentos coletados da empresa em estudo, pois o objetivo principal era identificar a melhor forma de tributação para a mesma.

Utilizou-se ainda pesquisa aplicada, a qual foi executada mediante simulações acerca da tabela de alíquotas do Anexo IV da LC nº 123/2006, buscou-se então apresentar parâmetros por meio de valores que permitam a visualização, em posteriores pesquisas, de cálculos norteadores em relação à escolha do regime tributário tomando por base cálculos de planejamento tributário.

No presente estudo foi utilizado o método indutivo, pois o estudo foi realizado em um único escritório de serviços advocatícios, no entanto as simulações podem estender-se para outros.

Quanto à abordagem do problema, a tipologia utilizada foi à pesquisa quantitativa e qualitativa, uma vez que o mesmo faz uso da coleta e análise de dados (dados numéricos, representados em valores de receitas, impostos, alíquotas), a partir dos quais há comparação de tributação que possibilita uma análise qualitativa de qual o melhor regime tributário para empresa.

### 3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com a Ordem dos Advogados de Rondônia (2015), existem doze (12) empresas de prestação de serviços advocatícios no município de Cacoal. Este estudo utilizou-se de dados coletados da Empresa Advocatícia.

A fonte de dados utilizados no estudo de caso foram os seguintes documentos da Empresa Advocatícia: Demonstrações Contábeis; documentos com informações sobre faturamento; relatórios com quantitativo de empregado (considerando que a empresa tem somente um (1) empregado) e sua respectiva função e salário.

Para fins de comparações foi analisado o faturamento da empresa no ano de 2014, e buscou-se ainda simular parâmetros (projeções) de valores de faturamento, pois se buscou identificar entre o Simples Nacional e o Lucro Presumido, esclarecer a forma de tributação mais economicamente viável para a empresa.

A análise dos dados coletados foi realizada considerando os cálculos dos tributos pelo regime do Lucro Presumido (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, ISS e INSS) e sobre os tributos incidentes no Simples Nacional, e a partir dos cálculos se pretendeu fazer um comparativo entre os dois regimes tributários, considerando dentre eles, o que proporcionará menor custo tributário à empresa.

Nas simulações, as projeções dos faturamentos mensais foram feitas conforme a Tabela de Alíquotas e Partilha do Simples Nacional (Anexo A), a qual contém 20 faixas de receita bruta anual, e para se projetar um faturamento mensal, as simulações de cálculos foram realizadas considerando um intervalo de 5 (cinco) em 5 (cinco) com relação as faixas da receita bruta anual.

Nas simulações de cálculo de INSS Patronal, foi considerado o valor hipotético de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais para folha de pagamento para ambos os regimes. Cabe ressaltar que foi desconsiderado o cálculo do FGTS, pois devido ser um encargo incidente sobre a folha de pagamento com alíquota de 8% (oito por cento) para ambos os regimes, não há influência ou diferença na escolha do regime tributário.

## 4 ANÁLISE E RESULTADOS

Nessa seção, foram apresentados os cálculos dos tributos pelo Simples Nacional e pelo Lucro Presumido no ano de 2014 da Empresa Advocatícia, a qual presta serviços advocatícios do município de Cacoal-RO.

### 4.1 ANÁLISE QUANTO A OPÇÃO PELO LUCRO PRESUMIDO

Inicialmente, os cálculos foram realizados considerando como regime Lucro Presumido. Foram utilizadas as alíquotas previstas na legislação, sendo: o PIS com a alíquota de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) e COFINS 3% (três por cento). Conforme Pêgas (2008) a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) é obtida com aplicação de percentual específico sobre cada receita obtida pela empresa.

Utilizando-se dos valores das receitas mensais da Empresa Advocatícia, foram realizados os cálculos aplicando-se as alíquotas previstas na legislação que rege o regime tributário Lucro Presumido, cujos valores são apresentados na figura 5:

Competência	Receita	PIS (0,65%)	COFINS (3%)	IRPJ (4,8%)	CSLL (2,88%)	Total
Janeiro	R\$ 37.111,75	241,23	1.113,35	-	-	1.354,58
Fevereiro	R\$ 4.134,24	26,87	124,03	-	-	150,90
Março	R\$ 15.430,74	100,30	462,92	2.720,48	1.632,30	4.916,00
Abril	R\$ 1.877,65	12,20	56,33	-	-	68,53
Maio	R\$ 19.685,45	127,95	590,56	-	-	718,51
Junho	R\$ 717,64	4,66	21,53	1.069,48	641,69	1.737,36
Julho	R\$6.061,09	39,40	181,83	-	-	221,23
Agosto	R\$33.742,23	219,32	1.012,27	-	-	1.231,59
Setembro	R\$ 22.365,66	145,38	670,97	2.984,11	1.790,47	5.590,93
Outubro	R\$ 69.162,67	449,56	2.074,88	-	-	2.524,44
Novembro	R\$ 35.306,87	229,49	1.059,21	-	-	1.288,70
Dezembro	R\$ 2.131,43	13,85	63,94	5.116,85	3.070,11	8.264,75
<b>Total</b>	<b>R\$ 247.727,42</b>	<b>1.610,21</b>	<b>7.431,82</b>	<b>11.890,92</b>	<b>7.134,57</b>	<b>28.067,52</b>

**Figura 5:** Cálculo de tributos federais pelo Lucro Presumido

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

O percentual sobre a receita é aplicado conforme a atividade exercida pela empresa e a base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social para prestação de serviços foi determinada mediante a aplicação do percentual de 32% para ambos.

O IRPJ e a CSLL que são tributos apurados trimestralmente, foram utilizados as alíquotas diretas sendo 4,8% (quatro vírgula oito por cento) e 2,88% (dois vírgula oitenta e oito por cento) respectivamente, considerando à presunção das mesmas e o percentual de 32% (trinta e dois por cento), fez-se a multiplicação do percentual da presunção sobre as alíquotas de 15% (quinze por cento) de IRPJ e 9% (nove por cento) de CSLL.

A Empresa Advocatícia (em estudo) não possui faturamento que torne necessário o pagamento do adicional de IRPJ, pois o faturamento trimestral aplicando o percentual de 32% (trinta e dois por cento) para prestação de serviços resultará em uma base de cálculo inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), portanto não haverá a tributação do adicional sobre o excesso pela alíquota de 10% (dez por cento) de IRPJ.

Os valores das simulações referentes aos cálculos dos tributos federais pelo Lucro Presumido encontram-se nos APÊNDICES A, G, M e S.

Dentre os impostos incidentes sobre o resultado das atividades de uma empresa de prestação de serviços advocatícios há também o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), logo, utilizando-se do faturamento da Empresa Advocatícia são apresentados na figura 6 os cálculos mensais do referido imposto municipal:

Competência	Receita	ISS (5%)
Janeiro	R\$ 37.111,75	1.855,59
Fevereiro	R\$ 4.134,24	206,71
Março	R\$ 15.430,74	771,54
Abril	R\$ 1.877,65	93,88
Maio	R\$ 19.685,45	984,27
Junho	R\$ 717,64	35,88
Julho	R\$ 6.061,09	303,05
Agosto	R\$ 33.742,23	1.687,11
Setembro	R\$ 22.365,66	1.118,28
Outubro	R\$ 69.162,67	3.458,13
Novembro	R\$ 35.306,87	1.765,34
Dezembro	R\$ 2.131,43	106,57
<b>Total</b>	<b>R\$ 247.727,42</b>	<b>R\$12.386,37</b>

**Figura 6:** Cálculo do ISSQN.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

Quanto à incidência de ISS (Imposto Sobre Serviço), a Empresa Advocatícia, localizada no Município de Cacoal-RO, seguiu a regulamentação do ISSQN de acordo com a Lei Municipal nº 1.584/ 2003, art. 22, no qual prevê aplicação de alíquota de 5% (cinco por cento).



Os valores das simulações detalhadas, referentes aos cálculos de ISSQN, encontram-se nos APÊNDICES B, H, N e T.

No que se refere aos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento, aplicou-se a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) de 20% sobre a folha de pagamento, o RAT (Riscos Ambientais do Trabalho), conforme a atividade da Empresa Advocatícia foi calculado sob a alíquota de 1% (correspondente ao grau do risco da atividades). A contribuição para terceiros (SESI, SESC OU SEST 1,5%; SENAI, SENAC OU SENAT 1%; INCRA 0,2%; SEBRAE 0,6%; SALÁRIO EDUCAÇÃO 2,5%) representa 5,8%. Sendo assim os valores de INSS foram calculados no percentual total de 26,8% sobre a folha de pagamento.

Na figura 7 demonstra-se o cálculo dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento, considerando que não há retirada de pró-labore dos sócios, portanto, o cálculo será mediante a remuneração mensal do funcionário, e também sobre o valor das férias, 1/3 (um terço) do abono constitucional de férias e sobre o 13º (décimo terceiro) salário:

Competência	Salários	INSS empresa (20%)	RAT (1%)	Terceiros (5,8%)	Total
Janeiro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Fevereiro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Março	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Abril	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Maio	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Junho	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Julho	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Agosto	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Setembro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Outubro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Novembro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Dezembro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
13º Salário	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	63,80	294,80
Férias + 1/3	R\$ 1.466,67	293,33	14,67	85,07	393,07
<b>Total</b>	<b>R\$ 15.766,67</b>	<b>3.153,33</b>	<b>157,67</b>	<b>914,47</b>	<b>4.225,47</b>

**Figura 7:** Cálculo do INSS pelo Lucro Presumido

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

Os valores das simulações referentes aos cálculos do INSS pelo lucro presumido encontram-se nos APÊNDICES C, I, O e U.

## 4.2 ANÁLISE QUANTO A OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL

Ao optar pelo Simples nacional a empresa será enquadrada conforme a sua atividade exercida em um dos anexos da LC nº123/2006. Para a realização do cálculo do valor devido

de impostos caso a Empresa Advocatícia faça a opção pelo Simples Nacional, a empresa deverá utilizar as tabelas de alíquotas constantes em cada Anexo da referida LC.

Considerando as informações contidas no Anexo IV da LC nº 123/2006 (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, ISS), cabe ressaltar que no Anexo IV da Lei, a Contribuição para a Seguridade Social (INSS patronal) não está inclusa no Simples Nacional, devendo ser recolhida na forma da legislação aplicável.

Na figura 8 se observam os cálculos dos impostos inclusos no simples no Anexo IV da LC nº 123/2006 (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, ISS):

Competência	Receita	Receita acumulada Últimos 12 meses	Alíquota	Valor Devido
Janeiro	R\$ 37.111,75	225.415,05	6,54%	2.427,11
Fevereiro	R\$ 4.134,24	237.529,17	6,54%	270,38
Março	R\$ 15.430,74	229.501,88	6,54%	1.009,17
Abril	R\$ 1.877,65	230.731,85	6,54%	122,80
Maiο	R\$ 19.685,45	221.294,98	6,54%	1.287,43
Junho	R\$ 717,64	227.512,72	6,54%	46,93
Julho	R\$ 6.061,09	204.617,19	6,54%	396,40
Agosto	R\$33.742,23	199.519,11	6,54%	2.206,74
Setembro	R\$ 22.365,66	220.026,40	6,54%	1.462,71
Outubro	R\$ 69.162,67	237.302,35	6,54%	4.523,24
Novembro	R\$ 35.306,87	256.968,16	6,54%	2.309,07
Dezembro	R\$ 2.131,43	245.595,99	6,54%	139,40
<b>Total</b>	<b>R\$ 247.727,42</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.201,37</b>

**Figura 8:** Cálculo de tributos pelo Simples Nacional.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

São evidenciados, portanto, na figura 8 os cálculos dos impostos sobre as receitas do ano de 2014. Conforme o Anexo A desse estudo, as alíquotas para o cálculo do valor devido no Simples Nacional foram encontradas por meio do somatório das somas dos faturamentos dos últimos 12 meses, sendo assim, a alíquota permaneceu constante em 6,54% (seis vírgula cinquenta e quatro por cento) que mediante a aplicação da mesma encontrará o valor do simples devido no mês.

Comparando a figura 5 e 8, observa-se que a soma das alíquotas utilizadas para o cálculo dos tributos do Lucro Presumido é superior à alíquota utilizada no cálculo do Simples Nacional, pois somando as alíquotas dos quatro tributos do lucro presumido obteve um total de 11,33%, enquanto no Simples Nacional a alíquota utilizada foi de 6,54%.

Os valores das simulações referentes aos cálculos dos tributos pelo Simples Nacional encontram-se nos APÊNDICES D, J, P e V.

Quanto aos encargos incidentes sobre a folha de pagamento, observa-se que as empresas enquadradas no Anexo IV da LC n° 123/2006, devem recolher a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) conforme a legislação aplicável, sendo assim a CPP não é incluída na partilha do Simples Nacional, tendo que ser calculada separadamente. Os cálculos estão evidenciados conforme apresentado na figura 9, de tal forma que ao comparar os resultados com aqueles contidos na figura 7, observa-se que: pelo Simples Nacional os encargos foram de 21%, enquanto no Lucro Presumido foram numa alíquota total de 26,8%, ou seja, um aumento na carga tributária com relação à CPP de 27,62% do Simples Nacional para o Lucro Presumido.

Competência	Salários	INSS empresa (20%)	RAT (1%)	Total
Janeiro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Fevereiro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Março	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Abril	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Maio	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Junho	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Julho	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Agosto	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Setembro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Outubro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Novembro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Dezembro	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
13° Salário	R\$ 1.100,00	220,00	11,00	231,00
Férias + 1/3	R\$ 1.466,67	293,33	14,67	308,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 15.766,67</b>	<b>3.153,33</b>	<b>157,67</b>	<b>3.311,00</b>

**Figura 9:** Cálculo do INSS pelo Simples Nacional

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

De acordo com o art. 274-J da Instrução Normativa do Ministério da Previdência Social e Secretaria da Receita e Previdência (INMPS/SRP) n° 3/2005 é que são estabelecidos os percentuais de encargos previdenciários incidentes sobre a folha de pagamento, consequentemente utilizados nesta projeção. Conforme a disposição dessa instrução, ao existir o enquadramento no Anexo IV do Simples Nacional, o recolhimento para o INSS será de 20% sobre a folha de salários, pró-labore e autônomos, se houver, e 1% sobre salários de seus empregados, conforme o risco da atividade das empresas; sendo assim foi desconsiderado o cálculo de contribuição para terceiros.

Os valores das simulações referentes aos cálculos do INSS pelo Simples Nacional encontram-se nos APÊNDICES E, K, Q e W.

#### 4.3 RESULTADOS: COMPARATIVO LUCRO PRESUMIDO X SIMPLES NACIONAL

A partir dos cálculos projetados, apresenta-se na figura 10 o valor total dos tributos resultantes de cada uma das opções: seja Lucro Presumido ou Simples Nacional. Os resultados obtidos com os cálculos da carga tributária em cada uma das opções e após uma comparação entre os dois regimes tributários, na figura 10 estão evidenciados os valores obtidos e utilizados para a comparação quanto à opção mais econômica para a Empresa Advocatícia.

Regime	Tributos federais	ISS	INSS	Simples	Total
Lucro Presumido	R\$ 28.067,52	12.386,37	4.225,47	-	44.679,36
Simples Nacional	-	-	3.311,00	16.201,37	19.512,37
<b>Diferença</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>914,47</b>	<b>-</b>	<b>25.166,99</b>

**Figura 10:** Comparativo de tributação

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

Ao optar pelo Lucro Presumido a empresa pagará de tributos a quantia de R\$ 44.679,36 (quarenta e quatro mil seiscentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos). Se optar pelo Simples Nacional ela desembolsará o valor de R\$ 19.512,37 (dezenove mil quinhentos e doze reais e trinta e sete centavos).

Comparativamente considera-se que a opção pelo Simples Nacional é tributariamente mais vantajosa para a empresa, pois nessa opção ela economizará o valor de R\$ 25.166,99 (vinte e cinco mil cento e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos), ou seja, 128,98% (cento e vinte e oito vírgula noventa e oito por cento) de economia tributária em relação ao Lucro Presumido.

Os resultados das simulações referentes aos comparativos de tributação encontram-se nos APÊNDICES F, L, R e X. Todos os resultados projetados demonstram que o simples nacional é a melhor opção para a empresa em qualquer faixa de faturamento.

O APÊNDICE F evidencia a diferença de tributação na faixa de faturamento de R\$ 720.000,01 a R\$ 900.000,00. Analisando as duas formas de tributação conclui-se que nessa faixa de faturamento a melhor opção para a empresa é o Simples Nacional, pois tributando os impostos pelo Lucro Presumido a empresa pagará de tributos o valor de R\$ 149.736,00, enquanto no Simples Nacional ela pagará 66,77% a menos, ou seja, a empresa pagará a quantia de R\$ 89.784,00.

No APÊNDICE L evidencia-se a diferença de tributação na faixa de faturamento de R\$ 1.620.000,01 a R\$ 1.800.000,00. Nessa faixa de tributação se a empresa optar pelo

Simples Nacional ela pagará a quantia de R\$ 219.600,00, enquanto no Lucro Presumido ela desembolsará o valor de R\$ 324.546,00, Logo o Simples Nacional é a opção mais vantajosa para empresa nessa faixa de faturamento, pois ela economizará o valor de R\$ 104.946,00.

O APÊNDICE R evidencia a diferença de tributação na faixa de faturamento de R\$ 2.520.000,01 a R\$ 2.700.000,00. Nessa faixa o Simples Nacional é a melhor opção para a empresa, sendo que no Simples ela pagará de tributos o valor de R\$ 393.120,00 e no Lucro Presumido ela pagará o valor de R\$ 500.316,00, logo o Simples lhe traz uma economia de 27,26% em relação ao Lucro Presumido.

O APÊNDICE X evidencia a diferença de tributação na faixa de faturamento de R\$ 3.420.000,01 a R\$ 3.600.000,00. Nessa faixa a empresa optando pelo Simples Nacional pagará de tributos a quantia de R\$ 601.470,00, enquanto no Lucro Presumido ela desembolsará para pagamento de tributos o valor de R\$ 676.086,00. Nessa faixa de faturamento o Simples Nacional é a melhor opção para a empresa, obtendo assim uma economia de 12,40%.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da complexidade do sistema tributário nacional e devido à alta carga tributária brasileira, o estudo da melhor forma de tributação se torna uma atividade imprescindível para as empresas. Portanto, o planejamento tributário se torna uma ferramenta de fundamental importância, ajudando-as a obter vantagem competitiva, redução dos custos tributários e consequentemente aumento no retorno do investimento.

A pesquisa mostrou que o Simples Nacional é a melhor opção para a Empresa Advocatícia se enquadrar, pois em comparação com o regime Lucro Presumido se observou que ela terá uma economia de R\$ 25.166,99, ou seja, 128,98% (cento e vinte e oito vírgula noventa e oito por cento) de economia tributária optando pelo Simples Nacional.

As simulações demonstraram que o Simples Nacional é a melhor opção para se enquadrar independente da faixa de faturamento que a empresa se encontra, pois se a mesma ultrapassar o valor de R\$ 3.600.000,00 ela obrigatoriamente terá que optar pelo Lucro Presumido.

Cabe ressaltar que nas simulações das faixas de R\$ 2.520.000,01 a R\$ 2.700.000,00 e nas faixas de R\$3.420.000,01 a R\$ 3.600.000,00, o que interfere na opção pelo Simples

Nacional é o valor do tributo de ISS, pois no município de Cacoal – RO a alíquota cobrada para esse imposto é a alíquota máxima de 5%. Portanto, se a empresa em estudo tivesse sua sede em outro município que cobrasse o ISS na alíquota inferior a 5% a opção pelo Lucro Presumido poderia ser mais vantajosa nessas faixas de tributação.

O objetivo desse estudo foi alcançado, pois foi identificado pela demonstração do faturamento real da Empresa Advocatícia e simulações de faturamento a melhor forma de tributação para uma empresa de prestação de serviços advocatícios em Cacoal.

Para futuras pesquisas, sugere-se um estudo comparativo entre os regimes Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real para outras atividades de prestação de serviço, e até mesmo incluir uma possibilidade de pesquisa comparativa quanto onerosidade da tributação de um advogado autônomo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ronaldo Rezende Aparecido. **Reforma tributária: Desafios e Perspectivas**. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em ciências contábeis)- Fundação Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2007a.

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de renda das empresas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. **Código Tributário Nacional, Legislação Tributária, Constituição Federal**. 13. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. **Lei dos Crimes contra a ordem tributária e dos crimes praticados por particulares**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8137.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8137.htm)>. Acesso em: 17 dez 2015.

BRASIL. Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em: 28 abr 2015.

BRASIL. Lei Complementar nº. 147, de 7 de agosto de 2014. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007,

8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/LCP/Lcp147.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm). Acesso em: 29 abr 2015.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Lucro Presumido**. Disponível em:<<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucropresumido.htm#conceito>>. Acesso em: 11 mai 2015.

\_\_\_\_\_. **Perguntão Lucro Presumido**. Disponível em:<[http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/perguntao/dipj2014/Capitulo\\_XIII\\_IRPJ\\_LucroPresumido2014.pdf](http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/perguntao/dipj2014/Capitulo_XIII_IRPJ_LucroPresumido2014.pdf)> Acesso em: 19 mai 2015.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento Tributário na prática: Gestão Tributária aplicada**. São Paulo: Atlas, 2008, 187 p.

CRC. Simples Nacional: **Uma análise do impacto da lei complementar 147-2014 para as empresas de serviços advocatícios**. Disponível em:  
 <[http://www.crcs.org.br/convencao/arquivos/trabalhos/cientificos/simples\\_nacional\\_lei\\_complementar\\_147\\_empresas\\_advocaticios\\_814.pdf](http://www.crcs.org.br/convencao/arquivos/trabalhos/cientificos/simples_nacional_lei_complementar_147_empresas_advocaticios_814.pdf)> Acesso em: 29 dez 2015.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2003. 314 p.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Prática Tributária da Micro, Pequena e Média Empresa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FERNANDES, Marco Antônio Oliveira; SILVA, Mauro José. **Direito Tributário**. São Paulo: Barros, Fischer e Associados, 2005

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 1999. 203 p.

GIONGO, Juliano; SAMPAIO, Janaina; MORELLO, Cláudio. Simples Nacional: **Uma análise do impacto da lei complementar 147-2014 para as empresas de serviços advocatícios**. 2015, 14p.

IBGE. **As Microe Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil**. Disponível em:<<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2001.pdf>> Acesso em: 19 mai 2015.

IBPT. **Evolução da carga tributária brasileira**. Disponível em:<<https://www.ibpt.org.br/img/uploads/novelty/estudo/2142/05EvolucaoDaCargaTributariaBrasileira.pdf>> Acesso em: 20 jun 2015.

INFORMANET. **lucro presumido - Apuração e Cálculo do IRPJ**. Disponível em:<[http://www.informanet.com.br/Prodinfo/boletim/2015/imposto/lucro\\_presumido\\_04\\_2015.php](http://www.informanet.com.br/Prodinfo/boletim/2015/imposto/lucro_presumido_04_2015.php)>. Acesso em: 11 mai 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicáveis às demais sociedades**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000

KOTLER, P. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 1994.

LATORRACA, Nilton. **Direito Tributário: imposto de renda das empresas**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MACHADO, Hugo de Brito. **O Conceito de Serviço e algumas modalidades listadas no anexo da lei 116/2003**. Disponível em: [https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/conceito\\_servicos\\_modalidades\\_listadas.pdf](https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/conceito_servicos_modalidades_listadas.pdf) Acesso em: 19 jun 2015.

NASCIMENTO, Auster Moreria; REGINATO, Luciane. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OAB, **Cartilha de Tributação na Advocacia**. Disponível em: <http://www.oabms.org.br/Upload/Biblioteca/2014/11/00126678.pdf> Acesso em: 11 dez 2015.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Martins de Oliveira; etall. **Manual de contabilidade tributária**. 3.Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, et al, **Manual de Contabilidade Tributaria**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual da Contabilidade Tributária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2008. 684 p.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas**. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999

RODRIGUES, Aldenir Ortiz, BUSCH, Cleber Marcel, GARCIA, Edino Ribeiro, TODA, William Haruo. **Manual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**. 1. Ed. São Paulo: IOB, 2015, 646 p.

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário** / Eduardo Sabbag. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf> Acesso em: 19 mai 2015.

VELLOSO, Renato Ribeiro. **Sistema Constitucional Tributário**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 2, nº 84. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=314> Acesso em 21: dez 2015.



## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A –CÁLCULO DE TRIBUTOS FEDERAIS PELO LUCRO PRESUMIDO NA FAIXA (1) DE R\$ 720.000,01 A R\$ 900.000,00.**

Competência	Receita	PIS (0,65%)	COFINS (3%)	IRPJ (4,8%)	CSLL (2,88%)	Total
Janeiro	R\$ 60.000,01	390,00	1.800,00	-	-	2.190,00
Fevereiro	R\$ 60.000,00	390,00	1.800,00	-	-	2.190,00
Março	R\$ 60.000,00	390,00	1.800,00	8.640,00	5.184,00	16.014,00
Abril	R\$ 60.000,00	390,00	1.800,00	-	-	2.190,00
Maio	R\$ 60.000,00	390,00	1.800,00	-	-	2.190,00
Junho	R\$ 60.000,00	390,00	1.800,00	8.640,00	5.184,00	16.014,00
Julho	R\$ 60.000,00	390,00	1.800,00	-	-	2.190,00
Agosto	R\$ 60.000,00	390,00	1.800,00	-	-	2.190,00
Setembro	R\$ 60.000,00	390,00	1.800,00	8.640,00	5.184,00	16.014,00
Outubro	R\$ 60.000,00	390,00	1.800,00	-	-	2.190,00
Novembro	R\$ 60.000,00	390,00	1.800,00	-	-	2.190,00
Dezembro	R\$ 60.000,00	390,00	1.800,00	8.640,00	5.184,00	16.014,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 720.000,01</b>	<b>4.680,00</b>	<b>21.600,00</b>	<b>34.560,00</b>	<b>20.736,00</b>	<b>81.576,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor

**Observação (1):**

Considerando os valores de Receita Bruta em 12 meses, estabelecidos no Anexo IV da LC 123/2006, realizou-se uma simulação, utilizando-se de valores de receita mensal fictícios, somente para fins de simulação, obtendo um total de Receita Bruta Anual de R\$ 720.000,01, ou seja, enquadrado na quinta (5ª) faixa de tributação do Anexo IV da LC 123/2006.

A simulação foi realizada com a finalidade de proporcionar a outras empresas que tenham faturamento diverso daquele da Empresa Advocatícia, parâmetros comparativos de análise para verificação da opção de regime tributário que ofereça, conforme o seu faturamento, uma menor carga tributária.

APÊNDICE B – CÁLCULO DO ISS NA FAIXA DE R\$ 720.000,01 A R\$ 900.000,00.

Competência	Receita	ISS (5%)
Janeiro	R\$ 60.000,01	3.000,00
Fevereiro	R\$ 60.000,00	3.000,00
Março	R\$ 60.000,00	3.000,00
Abril	R\$ 60.000,00	3.000,00
Maio	R\$ 60.000,00	3.000,00
Junho	R\$ 60.000,00	3.000,00
Julho	R\$ 60.000,00	3.000,00
Agosto	R\$ 60.000,00	3.000,00
Setembro	R\$ 60.000,00	3.000,00
Outubro	R\$ 60.000,00	3.000,00
Novembro	R\$ 60.000,00	3.000,00
Dezembro	R\$ 60.000,00	3.000,00
Total	R\$ 720.000,01	36.000,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE C – CÁLCULO DO INSS PELO LUCRO PRESUMIDO NA FAIXA DE R\$ 720.000,01 A R\$ 900.000,00.

Competência	Salários	INSS empresa (20%)	RAT (1%)	Terceiros (5,8%)	Total
Janeiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Fevereiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Março	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Abril	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Maio	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Junho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Julho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Agosto	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Setembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Outubro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Novembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Dezembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 120.000,00</b>	<b>24.000,00</b>	<b>1.200,00</b>	<b>6.960,00</b>	<b>32.160,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE D – CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL NA FAIXA DE R\$ 720.000,01 A R\$ 900.000,00.

Competência	Receita	Receita acumulada Últimos 12 meses	Alíquota	Valor Devido
Janeiro	R\$ 60.000,01	720.000,01	8,97%	5.382,00
Fevereiro	R\$ 60.000,00	720.000,01	8,97%	5.382,00
Março	R\$ 60.000,00	720.000,01	8,97%	5.382,00
Abril	R\$ 60.000,00	720.000,01	8,97%	5.382,00
Maio	R\$ 60.000,00	720.000,01	8,97%	5.382,00
Junho	R\$ 60.000,00	720.000,01	8,97%	5.382,00
Julho	R\$ 60.000,00	720.000,01	8,97%	5.382,00
Agosto	R\$ 60.000,00	720.000,01	8,97%	5.382,00
Setembro	R\$ 60.000,00	720.000,01	8,97%	5.382,00
Outubro	R\$ 60.000,00	720.000,01	8,97%	5.382,00
Novembro	R\$ 60.000,00	720.000,01	8,97%	5.382,00
Dezembro	R\$ 60.000,00	720.000,01	8,97%	5.382,00
Total	R\$ 720.000,01	-	-	64.584,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE E – CÁLCULO DO INSS PELO SIMPLES NACIONAL NA FAIXA DE R\$ 720.000,01 A R\$ 900.000,00.

Competência	Salários	INSS empresa (20%)	RAT (1%)	Total
Janeiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Fevereiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Março	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Abril	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Maiο	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Junho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Julho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Agosto	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Setembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Outubro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Novembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Dezembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 120.00,00</b>	<b>24.000,00</b>	<b>1.200,00</b>	<b>25.200,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor

## APÊNDICE F – COMPARATIVO DE TRIBUTAÇÃO

Regime	Tributos federais	ISS	INSS	Simples	Total
Lucro Presumido	R\$ 81.576,00	36.000,00	32.160,00	-	149.736,00
Simples Nacional	-	-	25.200,00	64.584,00	89.784,00
Diferença	-	-	6.960,00	-	59.952,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE G – CÁLCULO DE TRIBUTOS FEDERAIS PELO LUCRO PRESUMIDO NA FAIXA DE R\$ 1.620.000,01 A R\$ 1.800.000,00.

Competência	Receita	PIS (0,65%)	COFINS (3%)	IRPJ (4,8%)	Adicional De IR	CSLL (2,88%)	Total
Janeiro	R\$ 135.000,01	877,50	4.050,00	-	-	-	4.927,50
Fevereiro	R\$ 135.000,00	877,50	4.050,00	-	-	-	4.927,50
Março	R\$ 135.000,00	877,50	4.050,00	19.440,00	6.960,00	11.664,00	42.991,50
Abril	R\$ 135.000,00	877,50	4.050,00	-	-	-	4.927,50
Maiο	R\$ 135.000,00	877,50	4.050,00	-	-	-	4.927,50
Junho	R\$ 135.000,00	877,50	4.050,00	19.440,00	6.960,00	11.664,00	42.991,50
Julho	R\$ 135.000,00	877,50	4.050,00	-	-	-	4.927,50
Agosto	R\$ 135.000,00	877,50	4.050,00	-	-	-	4.927,50
Setembro	R\$ 135.000,00	877,50	4.050,00	19.440,00	6.960,00	11.664,00	42.991,50
Outubro	R\$ 135.000,00	877,50	4.050,00	-	-	-	4.927,50
Novembro	R\$ 135.000,00	877,50	4.050,00	-	-	-	4.927,50
Dezembro	R\$ 135.000,00	877,50	4.050,00	19.440,00	6.960,00	11.664,00	42.991,50
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.620.000,01</b>	<b>10.530,00</b>	<b>48.600,00</b>	<b>77.760,00</b>	<b>27.840,00</b>	<b>46.656,00</b>	<b>211.386,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Observação (2):

Considerando os valores de Receita Bruta em 12 meses, estabelecidos no Anexo IV da LC 123/2006, realizou-se uma simulação, utilizando-se de valores de receita mensal fictícios, somente para fins de simulação, obtendo um total de Receita Bruta Anual de R\$ 1.620.000,01, ou seja, enquadrado na décima (10ª) faixa de tributação do Anexo IV da LC 123/2006.

A simulação foi realizada com a finalidade de proporcionar a outras empresas que tenham faturamento diverso daquele da Empresa Advocatícia, parâmetros comparativos de análise para verificação da opção de regime tributário que ofereça, conforme o seu faturamento, uma menor carga tributária.



APÊNDICE H – CÁLCULO DO ISS NA FAIXA DE R\$ 1.620.000,01 A R\$ 1.800.000,00.

Competência	Receita	ISS (5%)
Janeiro	R\$ 135.000,01	6.750,00
Fevereiro	R\$ 135.000,00	6.750,00
Março	R\$ 135.000,00	6.750,00
Abril	R\$ 135.000,00	6.750,00
Maio	R\$ 135.000,00	6.750,00
Junho	R\$ 135.000,00	6.750,00
Julho	R\$ 135.000,00	6.750,00
Agosto	R\$ 135.000,00	6.750,00
Setembro	R\$ 135.000,00	6.750,00
Outubro	R\$ 135.000,00	6.750,00
Novembro	R\$ 135.000,00	6.750,00
Dezembro	R\$ 135.000,00	6.750,00
Total	R\$ 1.620.000,01	81.000,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE I – CÁLCULO DO INSS PELO LUCRO PRESUMIDO NA FAIXA DE R\$ 1.620.000,01 A R\$ 1.800.000,00.

Competência	Salários	INSS empresa (20%)	RAT (1%)	Terceiros (5,8%)	Total
Janeiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Fevereiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Março	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Abril	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Maio	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Junho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Julho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Agosto	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Setembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Outubro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Novembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Dezembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 120.000,00</b>	<b>24.000,00</b>	<b>1.200,00</b>	<b>6.960,00</b>	<b>32.160,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE J – CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL NA FAIXA DE R\$ 1.620.000,01 A R\$ 1.800.000,00.

Competência	Receita	Receita acumulada Últimos 12 meses	Alíquota	Valor Devido
Janeiro	R\$ 135.000,01	1.620.000,01	12%	16.200,00
Fevereiro	R\$ 135.000,00	1.620.000,01	12%	16.200,00
Março	R\$ 135.000,00	1.620.000,01	12%	16.200,00
Abril	R\$ 135.000,00	1.620.000,01	12%	16.200,00
Maio	R\$ 135.000,00	1.620.000,01	12%	16.200,00
Junho	R\$ 135.000,00	1.620.000,01	12%	16.200,00
Julho	R\$ 135.000,00	1.620.000,01	12%	16.200,00
Agosto	R\$ 135.000,00	1.620.000,01	12%	16.200,00
Setembro	R\$ 135.000,00	1.620.000,01	12%	16.200,00
Outubro	R\$ 135.000,00	1.620.000,01	12%	16.200,00
Novembro	R\$ 135.000,00	1.620.000,01	12%	16.200,00
Dezembro	R\$ 135.000,00	1.620.000,01	12%	16.200,00
Total	R\$ 1.620.000,01	-	-	194.400,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE K – CÁLCULO DO INSSPELO SIMPLES NACIONAL NA FAIXA DE R\$ 1.620.000,01 A R\$ 1.800.000,00.

Competência	Salários	INSS empresa (20%)	RAT (1%)	Total
Janeiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Fevereiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Março	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Abril	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Maiο	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Junho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Julho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Agosto	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Setembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Outubro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Novembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Dezembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 120.00,00</b>	<b>24.000,00</b>	<b>1.200,00</b>	<b>25.200,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor

## APÊNDICE L – COMPARATIVO DE TRIBUTAÇÃO.

Regime	Tributos federais	ISS	INSS	Simples	Total
Lucro Presumido	R\$ 211.386,00	81.000,00	32.160,00	-	324.546,00
Simples Nacional	-	-	25.200,00	194.400,00	219.600,00
Diferença	-	-	6.960,00	-	104.946,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

**APÊNDICE M – CÁLCULO DE TRIBUTOS FEDERAIS PELO LUCRO PRESUMIDO NA FAIXA DE R\$ 2520.000,01 A R\$ 2.700.000,00.**

Competência	Receita	PIS (0,65%)	COFINS (3%)	IRPJ (4,8%)	Adicional De IR	CSLL (2,88%)	Total
Janeiro	R\$ 210.000,01	1.365,00	6.300,00	-	-	-	7.665,00
Fevereiro	R\$ 210.000,00	1.365,00	6.300,00	-	-	-	7.665,00
Março	R\$ 210.000,00	1.365,00	6.300,00	30.240,00	14.160,00	18.144,00	70.209,00
Abril	R\$ 210.000,00	1.365,00	6.300,00	-	-	-	7.665,00
Maio	R\$ 210.000,00	1.365,00	6.300,00	-	-	-	7.665,00
Junho	R\$ 210.000,00	1.365,00	6.300,00	30.240,00	14.160,00	18.144,00	70.209,00
Julho	R\$ 210.000,00	1.365,00	6.300,00	-	-	-	7.665,00
Agosto	R\$ 210.000,00	1.365,00	6.300,00	-	-	-	7.665,00
Setembro	R\$ 210.000,00	1.365,00	6.300,00	30.240,00	14.160,00	18.144,00	70.209,00
Outubro	R\$ 210.000,00	1.365,00	6.300,00	-	-	-	7.665,00
Novembro	R\$ 210.000,00	1.365,00	6.300,00	-	-	-	7.665,00
Dezembro	R\$ 210.000,00	1.365,00	6.300,00	30.240,00	14.160,00	18.144,00	70.209,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.520.000,01</b>	<b>16.380,00</b>	<b>75.600,00</b>	<b>120.960,00</b>	<b>56.640,00</b>	<b>72.576,00</b>	<b>342.156,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor

**Observação (3):**

Considerando os valores de Receita Bruta em 12 meses, estabelecidos no Anexo IV da LC 123/2006, realizou-se uma simulação, utilizando-se de valores de receita mensal fictícios, somente para fins de simulação, obtendo um total de Receita Bruta Anual de R\$ 2.520.000,01, ou seja, enquadrado na décima quinta (15<sup>a</sup>) faixa de tributação do Anexo IV da LC 123/2006.

A simulação foi realizada com a finalidade de proporcionar a outras empresas que tenham faturamento diverso daquele da Empresa Advocatícia, parâmetros comparativos de análise para verificação da opção de regime tributário que ofereça, conforme o seu faturamento, uma menor carga tributária.

APÊNDICE N – CÁLCULO DO ISS NA FAIXA DE R\$ 2520.000,01 A R\$ 2.700.000,00.

Competência	Receita	ISS (5%)
Janeiro	R\$ 210.000,01	10.500,00
Fevereiro	R\$ 210.000,00	10.500,00
Março	R\$ 210.000,00	10.500,00
Abril	R\$ 210.000,00	10.500,00
Maio	R\$ 210.000,00	10.500,00
Junho	R\$ 210.000,00	10.500,00
Julho	R\$ 210.000,00	10.500,00
Agosto	R\$ 210.000,00	10.500,00
Setembro	R\$ 210.000,00	10.500,00
Outubro	R\$ 210.000,00	10.500,00
Novembro	R\$ 210.000,00	10.500,00
Dezembro	R\$ 210.000,00	10.500,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.520.000,01</b>	<b>126.000,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE O – CÁLCULO DO INSS PELO LUCRO PRESUMIDO NA FAIXA DE R\$ 2.520.000,01 A R\$ 2.700.000,00.

Competência	Salários	INSS empresa (20%)	RAT (1%)	Terceiros (5,8%)	Total
Janeiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Fevereiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Março	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Abril	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Maio	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Junho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Julho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Agosto	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Setembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Outubro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Novembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Dezembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 120.000,00</b>	<b>24.000,00</b>	<b>1.200,00</b>	<b>6.960,00</b>	<b>32.160,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor



APÊNDICE P – CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL NA FAIXA DE R\$ 2520.000,01 A R\$ 2.700.000,00.

Competência	Receita	Receita acumulada Últimos 12 meses	Alíquota	Valor Devido
Janeiro	R\$ 210.000,01	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Fevereiro	R\$ 210.000,00	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Março	R\$ 210.000,00	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Abril	R\$ 210.000,00	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Maio	R\$ 210.000,00	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Junho	R\$ 210.000,00	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Julho	R\$ 210.000,00	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Agosto	R\$ 210.000,00	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Setembro	R\$ 210.000,00	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Outubro	R\$ 210.000,00	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Novembro	R\$ 210.000,00	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Dezembro	R\$ 210.000,00	2.520.000,01	14,60%	30.660,00
Total	R\$ 2.520.000,01	-	-	367.920,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE Q – CÁLCULO DO INSS PELO SIMPLES NACIONAL NA FAIXA DE R\$ 2520.000,01 A R\$ 2.700.000,00.

Competência	Salários	INSS empresa (20%)	RAT (1%)	Total
Janeiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Fevereiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Março	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Abril	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Maiο	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Junho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Julho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Agosto	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Setembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Outubro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Novembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Dezembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Total	R\$ 120.00,00	24.000,00	1.200,00	25.200,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

## APÊNDICE R– COMPARATIVO DE TRIBUTAÇÃO

Regime	Tributos federais	ISS	INSS	Simples	Total
Lucro Presumido	R\$ 342.156,00	126.000,00	32.160,00	-	500.316,00
Simples Nacional	-	-	25.200,00	367.920,00	393.120,00
Diferença	-	-	6.960,00	-	107.196,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

**APÊNDICE S – CÁLCULO DE TRIBUTOS FEDERAIS PELO LUCRO PRESUMIDO NA FAIXA DE R\$ 3.420.000,01 A R\$ 3.600.000,00.**

Competência	Receita	PIS (0,65%)	COFINS (3%)	IRPJ (4,8%)	Adicional De IR	CSLL (2,88%)	Total
Janeiro	R\$ 285.000,01	1.852,50	8.550,00	-	-	-	10.402,50
Fevereiro	R\$ 285.000,00	1.852,50	8.550,00	-	-	-	10.402,50
Março	R\$ 285.000,00	1.852,50	8.550,00	41.040,00	21.360,00	24.624,00	97.426,50
Abril	R\$ 285.000,00	1.852,50	8.550,00	-	-	-	10.402,50
Maio	R\$ 285.000,00	1.852,50	8.550,00	-	-	-	10.402,50
Junho	R\$ 285.000,00	1.852,50	8.550,00	41.040,00	21.360,00	24.624,00	97.426,50
Julho	R\$ 285.000,00	1.852,50	8.550,00	-	-	-	10.402,50
Agosto	R\$ 285.000,00	1.852,50	8.550,00	-	-	-	10.402,50
Setembro	R\$ 285.000,00	1.852,50	8.550,00	41.040,00	21.360,00	24.624,00	97.426,50
Outubro	R\$ 285.000,00	1.852,50	8.550,00	-	-	-	10.402,50
Novembro	R\$ 285.000,00	1.852,50	8.550,00	-	-	-	10.402,50
Dezembro	R\$ 285.000,00	1.852,50	8.550,00	41.040,00	21.360,00	24.624,00	97.426,50
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.420.000,01</b>	<b>22.230,00</b>	<b>102.600,00</b>	<b>164.160,00</b>	<b>85.440,00</b>	<b>98.496,00</b>	<b>472.926,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor

**Observação (4):**

Considerando os valores de Receita Bruta em 12 meses, estabelecidos no Anexo IV da LC 123/2006, realizou-se uma simulação, utilizando-se de valores de receita mensal fictícios, somente para fins de simulação, obtendo um total de Receita Bruta Anual de R\$ 3.420.000,01, ou seja, enquadrado na vigésima (20ª) faixa de tributação do Anexo IV da LC 123/2006.

A simulação foi realizada com a finalidade de proporcionar a outras empresas que tenham faturamento diverso daquele da Empresa Advocatícia, parâmetros comparativos de análise para verificação da opção de regime tributário que ofereça, conforme o seu faturamento, uma menor carga tributária.

APÊNDICE T – CÁLCULO DO ISS NA FAIXA DE R\$ 3.420.000,01 A R\$ 3.600.000,00.

Competência	Receita	ISS (5%)
Janeiro	R\$ 285.000,01	14.250,00
Fevereiro	R\$ 285.000,00	14.250,00
Março	R\$ 285.000,00	14.250,00
Abril	R\$ 285.000,00	14.250,00
Maio	R\$ 285.000,00	14.250,00
Junho	R\$ 285.000,00	14.250,00
Julho	R\$ 285.000,00	14.250,00
Agosto	R\$ 285.000,00	14.250,00
Setembro	R\$ 285.000,00	14.250,00
Outubro	R\$ 285.000,00	14.250,00
Novembro	R\$ 285.000,00	14.250,00
Dezembro	R\$ 285.000,00	14.250,00
Total	R\$ 3.420.000,01	171.000,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE U – CÁLCULO DO INSS PELO LUCRO PRESUMIDO NA FAIXA DE R\$ 3.420.000,01 A R\$ 3.600.000,00.

Competência	Salários	INSS empresa (20%)	RAT (1%)	Terceiros (5,8%)	Total
Janeiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Fevereiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Março	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Abril	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Maiο	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Junho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Julho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Agosto	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Setembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Outubro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Novembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Dezembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	580,00	2.680,00
Total	R\$ 120.000,00	24.000,00	1.200,00	6.960,00	32.160,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE V – CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL NA FAIXA DE R\$ 3.420.000,01 A R\$ 3.600.000,00.

Competência	Receita	Receita acumulada Últimos 12 meses	Alíquota	Valor Devido
Janeiro	R\$ 285.000,01	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Fevereiro	R\$ 285.000,00	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Março	R\$ 285.000,00	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Abril	R\$ 285.000,00	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Maio	R\$ 285.000,00	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Junho	R\$ 285.000,00	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Julho	R\$ 285.000,00	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Agosto	R\$ 285.000,00	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Setembro	R\$ 285.000,00	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Outubro	R\$ 285.000,00	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Novembro	R\$ 285.000,00	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Dezembro	R\$ 285.000,00	3.420.000,01	16,85%	48.022,50
Total	R\$ 3.420.000,01	-	-	576.270,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

APÊNDICE W – CÁLCULO DO INSS PELO SIMPLES NACIONAL NA FAIXA DE R\$ 3.420.000,01 A R\$ 3.600.000,00.

Competência	Salários	INSS empresa (20%)	RAT (1%)	Total
Janeiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Fevereiro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Março	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Abril	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Maio	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Junho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Julho	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Agosto	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Setembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Outubro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Novembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
Dezembro	R\$ 10.000,00	2.000,00	100,00	2.100,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 120.00,00</b>	<b>24.000,00</b>	<b>1.200,00</b>	<b>25.200,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor



## APÊNDICE X– COMPARATIVO DE TRIBUTAÇÃO

Regime	Tributos federais	ISS	INSS	Simples	Total
Lucro Presumido	R\$ 472.926,00	171.000,00	32.160,00	-	676.086,00
Simples Nacional	-	-	25.200,00	576.270,00	601.470,00
Diferença	-	-	6.960,00	-	74.616,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor

## **ANEXO**

**ANEXO A – TABELA DE ALÍQUOTAS E PARTILHA DO SIMPLES NACIONAL – RECEITAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS EMPRESAS ENQUADRADAS NO ANEXO IV DA LC 123/2006.**

<b>Receita Bruta em 12 meses (em R\$)</b>	<b>Alíquota</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Cofins</b>	<b>PIS/Pasep</b>	<b>ISS</b>
Até 180.000,00	4,50%	0,00%	1,22%	1,28%	0,00%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	6,54%	0,00%	1,84%	1,91%	0,00%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	12,00%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%

**Fonte:** Lei Complementar nº 123/2006.